

**O LUGAR DA HISTÓRIA NA HISTÓRIA DO LUGAR:**  
Sobre geo-grafias e espaços de memória no oeste de Minas Gerais<sup>1</sup>  
**THE PLACE OF HISTORY IN THE HISTORY OF PLACE:**  
About geo-geography and memory spaces in west Minas Gerais;



GILBERTO CÉZAR DE NORONHA  
Prof. Dr da Universidade Federal de Goiás  
Goiânia, Go-Brasil  
noronha.gilberto@gmail.com

**Resumo:** Este texto tem como objetivo discutir a importância da historicização das formas de representação do espaço entendido não apenas como o suporte de determinada lembrança, mas como a noção que possibilita a tomada de consciência do mundo: de si e dos outros, nos momentos em que é transformado em lugar, paisagem, território, região. Esta noção é crucial para a compreensão dos processos históricos em que se estabelecem os limites e fronteiras sociais e as estratégias de identificação. Considerando as experiências de pesquisa de um recorte espacial específico - o oeste de Minas, tomado como estratégia de investigação das formas espaciais e sociais -, procura-se pensar melhor os processos de identificação e diferenciação para tentar compreender as relações sociais e históricas dos sujeitos. Enfim, tentativa de apreensão, ao mesmo tempo, das condições históricas espaciais de socialização e das condições sociais de diferenciação do espaço.

**Palavras-chave:** Espaço. História. Memória. Configurações Sociais. Oeste de Minas Gerais.

**Abstract:** This paper aims to discuss the importance of historicizing forms of representation of space understood not only as the support of particular memory, but as the notion that enables understanding the world: themselves and others, in times when it is transformed into a place, landscape, territory, region. This notion is crucial for understanding the historical processes in which they establish the limits and boundaries and strategies of social identification. Considering the experience of searching for a specific spatial area, west of Minas, taken as a research strategy of spatial forms and social thinking seeks to better the processes of identification and differentiation to try to understand the social and historical subjects. Finally, discusses the importance to consider at the same time, the historical conditions of spatial socialization and the social differentiation of space.

**Keywords:** Space. History. Memory. Social Settings. Western Minas Gerais.

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em 12/02/2012 e aprovado para publicação em 21/05/2012.

## Introdução

Agora me dou conta de que os problemas que vocês colocam a respeito da geografia são essenciais para mim. Entre um certo número de coisas que relacionei estava a geografia, que era o suporte, a condição de possibilidade da passagem de uma para outra. Deixei as coisas em suspenso ou fiz relações arbitrárias.

(Michel Foucault, 1979)

Não há história nem memória escondida atrás dessas pedras. A paisagem se despoja da dimensão temporal para reluzir seu esqueleto de formas essenciais, porque a paisagem não pertence ao universo das coisas vivas senão ao universo das formas vivas. Construir a paisagem implica expressar o lugar, e o lugar é o espaço feito cultura, o espaço apropriado pela consciência.

(Joan Fontcuberta, 2006)

Quais contribuições a (re)leitura de espaços e tempos relegados nas narrativas da história brasileira poderiam dar à nossa compreensão de sua história, em seu duplo sentido? Esta bem poderia ser uma formulação adequada para enunciar<sup>2</sup> as inquietações que têm motivado meus questionamentos em relação ao passado e às possibilidades de conhecê-lo. Foi a partir dessa questão mais geral que interroguei, por exemplo, o fenômeno específico de permanência da memória e da história de Joaquina do Pompéu: uma mulher nascida no século XVIII e rememorada ainda hoje (NORONHA, 2007). Pela análise desse fenômeno, foi possível compreender um conjunto multifacetado de práticas sociais e políticas de determinados sujeitos que, em temporalidades e por motivações diversas, compartilharam essas lembranças num lugar determinado – realidade objetiva(da), ao mesmo tempo empírica, simbólica e sensível – constituído como importante suporte da memória (cf. HALBWACHS, 1950; NORA, 1984).

Esta estratégia de estudo permitiu abarcar dimensões da realidade social que por outras escalas e recortes de análise dificilmente poderiam ser apreendidas. O estudo dos mecanismos racionais e afetivos de permanência e das funções sociais de um elemento simbólico – a lembrança de Joaquina do Pompéu – ampliou a compreensão de códigos e arranjos políticos, sociais e identitários que reorganizam temporalidades e estabelecem territorialidades. Neste sentido é que foi possível pensar num território da memória de Joaquina do Pompéu compreendido tanto como o lugar de produção dos discursos e da

---

2 Ao invés do termo “enunciar”, poderia ter utilizado “expressar”. No entanto, com este termo pretendo evitar a sugestão de que se trata apenas de transmissão de um conteúdo já ordenado em meu pensamento, o que não é verdade. O termo “enunciar” nos remete, portanto, ao ato de enunciação, no sentido em que é utilizado pela linguística enunciativa como um processo: recorro aos elementos formais da língua ao mesmo tempo em que procuro dar forma “às minhas inquietações”. Portanto, enunciar não é somente expressar as inquietações, mas é, em certo sentido, também constituí-las.

gestão das lembranças sobre essa personagem quanto o referente espacial específico estabelecido pelas representações discursivas por meio das quais são possíveis essas ações políticas “localizadas”. Enfim, território “delimitado para e a partir das relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78), como uma dimensão do espaço [geográfico] que diz respeito não apenas ao espaço natural ou social, mas se constrói nessa ambiguidade mesma que desafia nossas concepções sobre a natureza e a sociedade e nossa compreensão dos processos de objetivação e subjetivação do mundo.

A compreensão desse território (a um só tempo físico e simbólico) enquanto produção cultural de sujeitos determinados envolveu uma regionalização e comportou mesmo um mapeamento. Este último foi realizado considerando-se a correspondência entre os signos e o referente espacial fixado pelos vestígios materiais e afetivos da lembrança de Joaquina do Pompéu que compõem enunciados produzidos em três diferentes temporalidades: a) no tempo de Joaquina (1752-1824); b) no tempo de retomada e ressignificação de sua lembrança (1919-1936) e c) na atualidade (1980-2005). Os enunciados que (se) estabelecem (n)este primeiro recorte temporal referem-se ao território de Joaquina<sup>3</sup> pelos limites das fazendas adquiridas de Manoel Gomes Cruz, uma herdade de terras cujas divisas são definidas por acidentes naturais, recurso mormente utilizado na distribuição de sesmarias e registros cartoriais do período colonial. Essas propriedades estendiam-se por longa faixa de terras a oeste da área mineradora, na capitania e atual Estado de Minas Gerais, pertencentes à circunscrição administrativa de Pitangui,

desde a Barra do Rio de Peixe correndo asima à Barra das Areas e por este asima até à Barra do Reacho fundo, e desta correndo por linha reta ao lado da Serra de Duna, e desta pela divisão das agoas à cabeceira do Rio Preto, e por esta abaixo até a altura do corral do Bom Jardim; e dali buscando a esta correndo a passagem do Rio Pardo até à Paraupeba, e desta descendo a Barra chamada o Diamante donde faz Barra no S. Francisco; e dali correndo por esta asima até à Barra do referido Rio do Peixe” (APFJBP, 1782, p. 1-2).

Ainda que os discursos produzidos nos dois momentos seguintes passassem a utilizar os limites municipais (re) definidos no período republicano como critérios de identificação/diferenciação do espaço, foi possível perceber que as “terras da memória de Joaquina” coincidiam com aquele território inicialmente considerado, de fronteiras

---

<sup>3</sup> Talvez seja pertinente retomar uma pequena diferenciação entre *as terras* de Joaquina, entendidas como o espaço de exercício de seu poder e as terras *pertencentes* à Joaquina que incluíam, pelo menos desde 1795, fazendas em Paracatu. (Cf. NORONHA, 2007, p. 71-73).

mais duradouras. A despeito dos desmembramentos posteriores, os limites municipais estabelecidos pelo sistema republicano federalista, na virada do século XIX até na primeira metade do século XX, continuaram a ser identificados como unidades originadas das antigas terras de Joaquina e reconhecidos como o atual território da sua memória. Neste sentido, os municípios atuais de Abaeté, Biquinhas, Bom Despacho, Brasilândia de Minas<sup>4</sup>, Dolores do Indaiá, Conceição do Pará, Curvelo, Felixlândia, Maravilhas, Martinho Campos, Morada Nova de Minas, Paineiras, Papagaios, Pitangui são, mormente, considerados como um conjunto.

Não raro, os habitantes das terras nas bacias dos rios Paraopeba e São Francisco revelam em tom cerimonioso, como quem conta uma grande façanha de tempos imemoriais: “isso tudo era terra da Joaquina”<sup>5</sup>. Hoje, é lugar de existência e de ação de seus descendentes, conclusão facilmente obtida se levarmos em conta o que o povo diz quando tentado a falar de si mesmo. Tal como a enunciação de uma fatalidade, desde tenra idade, quem é desse lugar sabe que, por essas bandas, “todo mundo é parente de todo mundo” (MACIEL, 2005); diz-se que “nóis é tudo misturado” (OLIVEIRA, 2004), apesar do evidente esforço em separar os mais considerados da região, reconhecidos como legítimos descendentes de Joaquina do Pompéu daqueles produtores da dita “boataria” sobre Joaquina do Pompéu, quase sempre tidos como hierarquicamente inferiores, pelo menos no que se refere à qualidade e legitimidade de seus relatos sobre a história da região.

Mas que configuração espacial é essa que se fundamenta numa lembrança caleidoscópica reapropriada por mais de dois séculos e meio? Sua unidade de sentido (os conteúdos que mobilizam as pessoas), que dá forma tanto à terra quanto às gentes feitas comunidade política, seria encontrada não apenas na linhagem de “sangue”, mas, sobretudo, no sentimento comum de pertencimento aos domínios de Joaquina do Pompéu experimentado por aqueles que se identificam a este espaço – expresso numa noção de lugar tanto como subjetivação ou corporificação. – e que compartilham determinadas lembranças ligadas à fazendeira. Região cujos brancos são identificados como herdeiros, os negros como filhos de seus ex-escravos e dos índios, aldeados ou

---

4 Porção do espaço que não pertencia originalmente à comarca de Pitangui. Nesse sentido, constitui uma exceção que poderia “ser incluída no caso normal justamente porque não faz parte dele.” (AGAMBEN, 2002, p.30).

5 Expressão comum àqueles que atualmente contam histórias sobre Joaquina do Pompéu, na região. (Cf. NORONHA, 2007).

não, tudo gente misturada. Portanto, quando pesquisávamos sua história e memória, Joaquina do Pompéu pôde ser compreendida como um signo/símbolo<sup>6</sup> mobilizado na identificação familiar, na formação de grupos políticos, na compreensão das histórias municipais, enfim, na organização de certo modo de pensamento do mundo por grupos diversos com interesses comuns que procuram nele o seu lugar [entendido num sentido muito próximo daquele desenvolvido pela dita Geografia e Cultural (TUAN, 1980) ou como espaço de vivência, mundo vivido (SANTOS, 1997, p. 52).

Do mesmo modo, quando este lugar – espaço apropriado pela consciência, para utilizar os termos de Joan Fontcuberta – é levado em conta como objeto legítimo da reflexão histórica, quase sempre é o signo/símbolo Joaquina do Pompéu que é tomado e reconhecido como a sua principal forma de representação. Enfim, a história e a memória de Joaquina são consideradas, não raro, *a história que importa* dessa região. Um critério de regionalização fundamental como referência para a compreensão dos sentimentos que fazem desse espaço um lugar não apenas do ponto de vista do indivíduo em relação ao grupo (eu-e-nós), mas do próprio grupo, não necessariamente coeso, em relação aos outros (nós-outros), identificando-se como um *nós* passível de reconhecimento pelo outro enunciador, por exemplo, nas narrativas de recorte nacional.

Sob esse ponto de vista parecia fazer sentido considerar a existência de certa unidade entre esses territórios municipais que pôde ser percebida em diferentes escalas de observação do espaço. No entanto, não se podia afirmar que essa dimensão fosse suficiente (o critério predominante) para caracterizar este espaço como uma região que, na apresentação dos resultados da referida pesquisa, fora designada como Oeste de Minas e Alto São Francisco: uma categoria imprecisa que nos remetia à dificuldade mesma de nomear as relações dinâmicas do homem com o espaço. Nesse sentido, uma interrogação de ordem teórico-metodológica persistiu à conclusão da pesquisa: quais os limites da escritura da história desse lugar realizada pela historicização da memória de Joaquina do Pompéu, o procedimento que tinha acabado de realizar? Se os vestígios colhidos nesse espaço

---

6 Michel Arrivé observa que os linguistas utilizam pouco o nome *símbolo* e privilegiam o conceito *signo*. O mesmo não acontece com os derivados de símbolo: *simbolizar* e *simbólico* (seja como adjetivo ou substantivo) que, segundo o autor, fazem referência ao modelo do *signo*. Não bastasse isso, alguns autores da área extraem de “simbolizar” a palavra símbolo, utilizada para caracterizar o signo “saussuriano”. Já na psicanálise, outra área que ocupa o autor, o símbolo é largamente utilizado em relação ao signo. (Cf. ARRIVÉ, 2001). Aqui, especificamente, ao designar a figura caleidoscópica de Joaquina como signo/símbolo, refiro-me à relação do signo com seu objeto. Alguns interpretaram a noção de figura que desenvolvo no livro como algo semelhante ao “signo ideológico” baktiniano. Considero esta associação pertinente, pelo menos no que se refere à ideia de que o signo é condição necessária à consciência e à interação social. (Cf. NORONHA, 2007; BAKHTIN, 2002).

específico nos davam a conhecer as tramas da memória e da história de Joaquina do Pompéu, como poderíamos avaliar melhor o seu lugar nas relações dos homens com esse espaço, percebido como região?

### Uma busca das configurações do espaço

Ainda que o território da memória de Joaquina tivesse o caráter simbólico de uma região, uma observação mais atenta dos enunciados sobre aquele espaço específico possibilitou-nos compreender que esta seria apenas uma das formas de percebê-lo e representá-lo – como recordação, imaginação ou fantasia. Ao eleger Joaquina do Pompéu como um elemento de informação<sup>7</sup> (histórica) desse espaço feito lugar e região, indiretamente impuseram-se determinados olhares sobre o espaço, cujas formas de percepção relacionam-se a determinadas configurações sociais<sup>8</sup>. Muitas outras formas de identificação nele gestadas tinham sido preteridas durante a pesquisa, mas que noutras abordagens poderiam ser importantes. Não apenas para reconhecer a diversidade de olhares possíveis sobre o passado, mas para questionar as impressões que

---

7

Embora o termo informação seja de uso corrente na língua portuguesa, ligado, sobretudo à comunicação e transmissão de dados, tal como aparece na teoria matemática, da informação, no jornalismo ou mesmo na psicologia cognitiva, será adequado alertar para a sua ressignificação em muitas das utilizações que fizemos do termo durante o trabalho, especialmente quando associado à complexa noção de forma de Georg Simmel. E desde já, portanto, retenhamo-na: Simmel utiliza a noção de forma para designar três coisas “distintas” que se referem a três diferentes domínios de pesquisa: a) o epistemológico (quando ele retoma o conceito kantiano de *formung*, historicizando-o. Informar, nesse sentido, é mais (ou menos) do que transmitir dados é in-formar, dar forma, colocar numa fôrma o fluxo da vida para pensá-la, fazê-la durar para senti-la, tomar consciência do mundo. b) o sociológico: tomando a forma não apenas como um procedimento cognitivo, mas como um princípio de interação social que se aproxima do conceito de figuração ou configuração de Norbert Elias. Nesse sentido, as formas não apenas são um modo de apreender o mundo, mas de construí-lo, transformando-se também em conteúdos, mudando em conformidade com ele. d) Por fim, Simmel ainda utiliza o termo para se referir à cristalização *a posteriori* das energias ou interações sociais – Elias falará de interdependência e Simmel ação recíproca – em objetos culturais e instituições sociais: formas sociais supra-individuais, reificadas, fixas no devir, em constante conflito com a dinâmica da vida. Note-se que essas variações do conceito referem-se mais às diferenças dos níveis de formalização do que de sentido. Neste terceiro nível é que as formas – culturais – se tornam objetos de crítica, vistas como aprisionadoras e trágicas. (Cf. SIMMEL, 1990; SIMMEL, 1998; ELIAS, 1994). Para uma introdução a diferentes utilizações do termo informação, em especial na análise do discurso. (cf. CHARAUDEAU, e MAINGUENEAU, 2002. p. 314-316).

8

Cuja significação assumida aqui é devedora da noção de forma de George Simmel e de Norbert Elias. Nos termos de Elias, configuração é o “padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelo seu intelecto, mas pelo que eles são no seu todo. A totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros (...) forma um entrelaçamento flexível de tensões (teias de interdependência de muitos tipos, como famílias, escolas, cidades, extratos sociais ou estados) a interdependência dos jogadores é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou adversários.” (ELIAS, 1999, p. 142).

o próprio trabalho sobre Joaquina começava a produzir, é que uma questão incômoda passou a ser levada adiante como problema de pesquisa: a despeito da nova repercussão que a história e a memória de Joaquina do Pompéu adquiriram nos últimos tempos – que a pesquisa indiretamente confirmava – poderiam não ser as dimensões mais significativas da constituição das formas de se referir àquele espaço quando se mudasse o ponto de vista, por exemplo, quando se variasse a escala de observação.

Na ocasião, tinha sido possível reconhecer criticamente que, nas “poucas linhas” dedicadas até então às ações humanas dadas naquele espaço pelas narrativas que constituem a chamada história brasileira – especialmente naquelas narrativas que se propõem a explicar a formação do Brasil considerando um recorte nacional –, a lembrança de Joaquina do Pompéu dominava as referências (ESCHWEGE, 1979; FREYRE, 1933; SHUMAHAR, 2000). Enfim, um fenômeno: “aquilo que se mostra, não somente aquilo que aparece ou parece” (BELLO, 2006, p. 18). A despeito de terem sido discutidas as razões para a “repercussão/ representatividade” da figura de Joaquina nas narrativas sobre este espaço específico: o que se mostra, como e para que – noutras palavras, a importância do símbolo (PEIRCE, 1977) – daquele símbolo específico convencional e arbitrário – nas relações que os homens estabelecem com o espaço –, outros aspectos não puderam ser questionados naquele momento, seja pelo limite das fontes com que lidava ou, mais precisamente, pelos limites impostos pelas questões que me ocupavam. Mesmo que se considerassem os diversos arranjos políticos, outras configurações sociais, envolvidas na apropriação da memória e da história de Joaquina do Pompéu, a análise das relações do homem como o espaço ficaram limitadas pelo próprio recorte: as tramas em torno dessa personagem.

Terminado aquele percurso que não pressupunha ser esta a única forma de narrar uma história daquele lugar – mas que, indiretamente, reforçava as representações que partiam desse pressuposto – pareceu-me urgente questionar outras formas de representação desse espaço, buscar outros conteúdos através de outros enunciados que poderiam nos conduzir a outras regionalizações e outras tramas sociais. Poderíamos dizer que passaram a me interessar outras formas de tomar consciência e experimentar o tempo e o espaço para além e aquém de Joaquina do Pompéu. Ou ainda, se considerarmos as ideias de tempo e espaço como constitutivas da *vida*, no sentido em que Georg Simmel concebe o termo<sup>9</sup>, explorar novas formas de compreensão da vida,

9

Para Georg Simmel, a vida “é um transcurso unitário cuja essência é existir enquanto meros momentos

das outras formas de viver a vida (JANKÉLÉVITCH, 2006, p.12). Enfim, a interrogação dessas outras formas de identificação e representação era guiada pelo interesse em adquirir nova compreensão da história dessa região, tanto a vivida quanto a lembrada. Buscar outras tramas de memória tomando o espaço não apenas como o suporte de determinada lembrança, mas como a noção que possibilita a tomada de consciência do mundo (de si e dos outros) nos momentos em que é transformado em lugar, paisagem, território, região, quando se estabelecem os limites e fronteiras entre o eu, o nós e os outros. Como teria se dado esse processo do qual a lembrança de Joaquina é parte importante, mas não sua totalidade?

Este conjunto de interrogações é que nos “trouxe de volta” ao oeste de Minas para investigar as formas espaciais e sociais e pensar melhor os processos de identificação/diferenciação, para além da história e da memória que ganhou forma “em torno da lembrança Joaquina do Pompéu”: tentar compreender as relações sociais e históricas entre os homens com e no espaço, partindo de formas de enunciação específicas localizadas no tempo e no espaço para apreender aspectos das relações sociais nele e por meio dele tecidas. Tentar apreender, ao mesmo tempo, “as condições espaciais de socialização” e as “condições sociais de diferenciação do espaço” (SIMMEL, 1999, p. 601). Evidentemente, a enunciação desse espaço como terra de Joaquina continuaria a ser nosso ponto de partida privilegiado, posto que familiar, e reconhecidamente importante na tomada de consciência do espaço e elemento importante para se compreender a organização da sociedade brasileira, mas a abordagem pela qual pretendíamos enfrentar o problema deveria ser diferente.

O retorno à questão familiar, portanto, exigiu um deslocamento teórico, ainda que não uma ruptura: da problemática da memória social que se apoia em lugares para uma discussão das configurações sociais de cuja dinâmica resultam esses pontos [ou áreas] de apoio à memória. Para Simmel, apoiado em Kant, esses pontos de apoio, ou formas espaciais, não seriam apenas resultado da ação recíproca<sup>10</sup> entre os homens, mas, também,

qualitativa e conteudisticamente discerníveis (...). A vida, entretanto, não é exprimível com nenhuma destas fórmulas [dos conteúdos discerníveis]. Ela é uma continuidade absoluta, em que não há peças ou pedaços que se compõem; continuidade [mas não duração] que é em si uma unidade, mas de tal espécie que, em cada momento, ela se exprime como um todo em outra forma (...) cada instante da vida é a vida toda, cujo fluxo contínuo – (...) é a sua forma incomparável.” (SIMMEL, 2000. p. 91). Para Simmel, o acontecimento vivido não tem forma, é um fluxo ininterrupto em uma continuidade sem ruptura com o tempo. Contrapõe-se ao acontecimento histórico, forma que aprisiona e divide a vida, rompendo o fluxo como condição de torná-lo compreensível. (Cf. SIMMEL, 2001. p. 135)

10

Também um conceito fundamental da sociologia de Georg Simmel que aparece em sua obra em 1890, antes do conceito de forma: “Existe sociedade onde há ação recíproca de vários indivíduos. Esta ação



elementos que a afetariam de modo ativo na constituição da sociedade (formas como conteúdos instituintes). Tomando-se como ponto de partida as funções do espaço na construção das identidades [tornado qualquer coisa “para nós”], é necessário analisá-las em diferentes níveis de atenção, desde as fases anteriores à sua percepção, passando pela sua recordação, imaginação e fantasia, à capacidade de reflexão. A forma espacial tomada como ponto de partida foi a própria ideia de que o oeste de Minas constitui [ou é constituído pelas] “terras de Joaquina”: lugar constitutivo de sua história e da permanência de sua memória. Esse procedimento pressupõe já o conhecimento de determinadas configurações sociais – enquanto relações instáveis e momentâneas entre os indivíduos que compartilham, não necessariamente de modo consensual, certos interesses – materiais ou ideais, momentâneos ou duráveis, conscientes ou inconscientes (SIMMEL, 1999, p. 44).

Na descrição de Lindolfo Xavier – apoiado na durabilidade de suas formas físicas – espaço feito região natural, nomeado e recortado, trata-se das “terras centrais [de Minas Gerais], nesse tabuleiro extenso que converge das serras da Canastra, da Mata da Corda, da Chapada Diamantina e da Mantiqueira, e deriva para o vale ubertoso do São Francisco” (XAVIER, 1956, p. 383). Ou ainda realidade delimitada – como paisagem – que agrupa elementos naturais e culturais como objetos reais concretos, “estratégia humana de reunir em visões coerentes sensações em si sem relação” (SIMMEL, 1999, p. 600) necessária: nas descrições das terras, campos, matas e rios, do casarão e dos currais de Joaquina, dos marcos e valas como inscrição objetiva dos conflitos de terras, das relíquias de família – de joias, troncos e chibatas; dos “fantasmas” que povoam a imaginação daqueles que tomam conhecimento desses artefatos – pedaços díspares de uma vida inteira percebidos como elementos do passado no presente, compreendidos como uma unidade, aos olhos e à mente, reconhecidos como do tempo e do lugar de Joaquina – das terras de Joaquina.

Para além da percepção desse espaço como um “vale ubertoso” de importância “central” em Minas Gerais, certamente existiram outras tantas formas de representá-lo e

---

recíproca nasce sempre de certas pulsões em vista de certos fins. As pulsões eróticas, religiosas ou simplesmente de convívio, fins de defesa ou de ataque, da disputa ou da aquisição de bens, de ajuda ou de ensinamentos, e uma infinidade de outras ainda, fazem que com o homem estabeleça relações de vida com outros, quer dizer, exerce afetos sobre os outros e sobre seus afetos. (...) os vetores individuais dessas pulsões e de suas finalidades iniciais constituem então uma unidade [que] não é outra coisa que a ação recíproca”. (SIMMEL, 1999, p. 43.). Esta noção está muito próxima na noção de interdependência de Norbert Elias que na esteira se Simmel observa que as sociedades são “configurações formadas por pessoas interdependentes” que se unem, por exemplo, através de ligações afetivas (interdependências universais), políticas e sociais. (Cf. ELIAS, 1999, p. 148).

de interpretar as ações nele e através dele ocorridas: configuradas sob outros pontos de vista, envolvendo outros critérios de regionalização ou fazendo parte de novas intrigas, tendo mais ou menos importância na compreensão do mundo, nas ligações afetivas, sociais e políticas. Nossa atenção agora deveria voltar-se não para as tramas que possibilitaram a sobrevivência da lembrança de Joaquina do Pompéu como um elemento simbólico capaz de representar uma região de Minas Gerais, mas para as tramas sociais envolvidas na percepção do próprio espaço como região, cujas significações e formas de enunciação não se encerram nesse símbolo. O que essas tramas de regionalização poderiam informar sobre a trajetória dos envolvidos nesse(s) jogo(s) de enunciação e de significação? Essas outras possibilidades de apreensão das configurações sociais nesse e por meio desse mesmo espaço referencial poderiam trazer novos olhares sobre a história, mormente interpretada e circunscrita/aprisionada em diversas e estanques noções de indivíduo e sociedade e suas correlatas escalas de análise: local, regional, nacional?<sup>11</sup>

É necessário dizer que o deslocamento da análise de um fenômeno localizado no espaço, em grande medida tomado como fixo, para o questionamento das configurações espaciais, pressupõe que o espaço não seja visto apenas como algo em si mesmo, mas como algo que se constitui numa “complexa composição de formas, sentidos, atividades e contextos” (CABRAL, 2007, p. 6), para utilizarmos termos atuais na geografia. Neste sentido, tomando emprestadas as palavras de Michel Foucault, transcritas na epígrafe, quando confienciava aos geógrafos, é que também “me dou conta de que os problemas [colocados pela] geografia são essenciais para mim” (FOUCAULT, 1979, p. 165).

### **As relações do homem como o espaço: uma questão interdisciplinar**

O diálogo entre geógrafos e filósofos traz duas sugestões importantes: por um lado, a abrangência dessas questões no campo das ciências humanas poderia ser tomada como indício da necessidade de se considerar a problematização das relações históricas

---

11

Aqui faço referência à dificuldade de romper com a ideia da parte e do todo que orienta as divisões entre nacional, regional e local, considerando essas relações e recortes espaciais como algo objetivo, existentes por si mesmos. (Cf. CARVALHO, 2008). Essa tendência mostrou-se bastante rejuvenescida nos trabalhos apresentados no XXV Simpósio Nacional de História organizado pela ANPUH em 2009, alocados nos distintos simpósios e trazendo proposta de reflexão sobre o espaço, orientada pela insistente ideia de brasilidade e suas variantes: mineiridade, baianidade, gauchidade, goianidade, etc. (Cf. MOREIRA et. al. 2009).

que o homem estabelece com o espaço e suas formas de representação como importante estratégia de compreensão da própria condição humana. Não apenas pensando o espaço como natureza virgem onde o homem trabalha [labora] para manter vivo-se, mas como obra [*l'œuvre*] pela qual se fabrica a objetividade do mundo e a subjetividade humana, conferindo durabilidade à existência dos homens, pelo verbo e pelo ato (ARENDR, 2001, p. 188 e233).

Por outro lado, a própria ideia do diálogo interdisciplinar é um convite para a ressignificação das relações entre a história e a geografia, consolidadas ainda no início do século XX, quando o possibilismo (FEBVRE, 1970) de Vidal de La Blache (1954) passou a inspirar novos caminhos para os estudos históricos. É o caso, por exemplo, da ideia de região e do estudo dos processos de regionalização – para fazer referência a tema familiar a Vidal La Blache – que (res)surgem a cada passo no percurso de análise que proponho: ainda que meu ponto de partida para o estudo das configurações sociais do oeste de Minas tenha sido a busca de compreensão de realidades sociais num determinado espaço físico - portanto, constituído em regiões-, as questões propostas não poderiam ser respondidas por uma abordagem dita regional porque o objeto de interrogação não seria necessariamente uma região “objetivamente” analisada, mas suas formas de objetivação/subjetivação.

Tomar uma região como algo puramente objetivo seria assumi-la como o equivalente geográfico do fato histórico dado *a priori*. Certamente, não encontraria apoio nem das discussões estabelecidas no campo da geografia nem das discussões no campo da história porque, em qualquer uma delas, parece-nos superada a crença no velho conhecido realismo inocente<sup>12</sup>. A geografia muito avançou desde La Blache e Ratzel – especialmente no questionamento de uma geografia “cujas noções essenciais eram constituídas a partir dos conceitos da Biologia” (BARROS, 2005, p. 102) – e num movimento semelhante, corroborando a afirmação de Paul Veyne (1971, p. 55 e 80) de que a região está para a geografia como a intriga está para a história, a concepção de história rankeana parece ter sido afastada de nossas ambições epistemológicas atuais. Nesse

---

12

Para a Geografia, por exemplo, a região tem sido compreendida como “um quadro arbitrário, definido com propósitos políticos, econômicos ou administrativos. Sua identificação, delimitação e construção estão ligadas à noção de diferenciação de áreas, ao reconhecimento de que o território é constituído por lugares com uma ampla diversidade de relações econômicas, sociais, naturais e políticas. Este ponto é importante, posto que retira do conceito de Região uma idéia de naturalidade – quer de área física, quer de cultura comum, quer de território – que chegou a influenciar e limitar a análise de geógrafos importantes como Vidal de La Blache.” (ALMICO, LAMAS, SARAIVA, 2003. p. 3).

sentido, é necessário considerar que as discussões dos conceitos geográficos nos conduzem também às críticas, às possibilidades de conhecimento, de consciência do espaço e do tempo, enfim, das formas da cultura – preocupação não apenas da História ou da Geografia, mas de todas as ciências sociais, porque, afinal, “o mundo é um só”, embora nem sempre, deixemos claro “qual a superfície do real estamos tratando” (SANTOS, 1997, p. 10).

No que diz respeito aos desafios de pensar (com) a história (Cf. SCHORSKE, 2000. p. 241-255), a discussão das noções de espaço, região, território, lugar, paisagem – considerados “conceitos-chave” da Geografia (CORRÊA, 1995) – também poderiam ser estimulantes. Talvez seja produtiva a aproximação das discussões do campo da história das questões que levaram a dita “geografia tradicional” às atuais “geografias pós-modernas” (SOJA, 1993) a deslocamentos conceituais sugestivos na sua reflexão sobre as condições da relação do homem com o espaço. Preocupação, de resto, comum a todas as ciências sociais. Se a geografia *tradicional* compreendeu o espaço como uma dimensão objetiva da realidade existente por si mesmo, a geografia atual reconhece a condição subjetiva da percepção do espaço significado pelo homem, elemento da cultura ou propriamente espaço geográfico.

Nesse sentido, poder-se-ia tomar mesmo as concepções da chamada geografia crítica dos anos 1970, ou ainda, da geografia humanista e cultural dos anos 1980. Na primeira, o espaço é visto como objetivação das relações sociais, e a sociedade – na sua inteligibilidade do espaço – encontra nele sua condição de sujeito social (SANTOS, 1997. p. 88). Para a geografia humanista, o espaço é concebido como um campo de representações simbólicas – fenômeno percebido, significado, tomado pela consciência, experimentado: espaço vivido (TUAN, 1980). Acrescentemos: apropriado pela consciência, modificando-a.

### **Uma história regional ou uma história dos processos de regionalização?**

A proposta de estudar as configurações do espaço brasileiro como o oeste de Minas Gerais nos remete diretamente ao conceito de região, outrora concebido, no seio da geografia, como a própria possibilidade de identidade disciplinar e que em minha pesquisa anterior aparecia como suporte material insofismável das tramas da memória de Joaquina do Pompéu. É da geografia mesma que parece surgir a ideia de que a região seja

“um conceito que funda uma reflexão política de base territorial (...), coloca em jogo comunidades de interesse, identificadas a uma (...) área e (...) é sempre uma discussão entre os limites de autonomia frente a um poder central” (GOMES, 1995 p.73). É uma noção que no campo da geografia aparece também associada apropriadamente aos processos de territorialização de grupos humanos, quando comumente são levantadas as discussões das noções de limite e fronteira (MACHADO, 1998).

Em nossa incursão historiográfica sobre as relações que determinados homens estabelecem com o espaço – tema privilegiado da geografia –, o termo oeste de Minas poderá ser compreendido como uma denominação que traz a intenção de transcender limitações do recorte espacial tais como as “terras de Joaquina”. No entanto, não se tem a intenção de negar sua existência como *limite*, mas quem sabe aceitar a sugestão da geografia associando-a também à ideia de fronteira e aos processos que emergem dessa associação como o de expansão, colonização e área de interação. De fato, proceder assim não é reconhecê-la como realidade auto-evidente (compreensão fetichizada muitas vezes assumida pelos historiadores) a ser inventariada por uma ciência dos lugares. Pretende-se tomar o oeste de Minas não como um dado empírico, mas como uma construção simbólica: representação do espaço como região. Espaço territorializado que não desconhece a tensão entre as “tentativas de coesão político-territorial” (o estabelecimento de limites, portanto uma força centrípeta de separação) e as (im)possibilidades de expansão (espaço visto como fronteira – objeto permanente de preocupação, como fator de integração) (MACHADO, 1998, p. 47-48).

O questionamento desses processos não seria direcionado à região, mas à sua construção enquanto tal: como teria ocorrido essa construção? Parafraseando Pierre Bourdieu (2004), não seria o caso de interrogar uma região, mas “os instrumentos de construção da região”<sup>13</sup>, ainda que como representação ela não seja menos “objetiva” e mereça a atenção dos historiadores. Demanda, portanto, uma abordagem histórica em busca do específico, do humano, que dentre as suas diversas possibilidades de

---

13

As palavras do autor são: "A intenção de submeter os instrumentos de uso mais comum nas ciências sociais a uma *crítica epistemológica alicerçada na história social da sua gênese e da sua utilização* encontra no conceito de região uma justificação particular. Com efeito, àqueles que vissem neste projeto de tomar para objecto os instrumentos de construção do objecto, de fazer a história social das categorias de pensamento do mundo social, uma espécie de desvio perverso da intenção científica, poder-se-ia objectar que a certeza em nome da qual eles privilegiam o conhecimento da 'realidade' em relação ao conhecimento dos instrumentos de conhecimento nunca é, indubitavelmente, tão pouco fundamentada como no caso de uma 'realidade' que, sendo em primeiro lugar, representação, depende tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento." (BORDIEU, 2004, p. 107-108).

realização produz representações do espaço, territorializando-o, e regionalizando-o constrói identidades e identificações, configurações sociais, enfim, formas culturais, resultado momentâneo dos arranjos sociais dinâmicos e instáveis, que serão utilizados como vestígios, marcas das (re)ações e dos (res)sentimentos daqueles que os produziram e que por eles também foram modificados.

E aqui já não estamos apenas ouvindo os geógrafos e historiadores, mas inspirados nas reflexões da sociologia de Georg Simmel e de Norbert Elias. Nas suas reflexões sutis sobre o espaço, a paisagem, a ponte e a porta, Simmel (apud MALDONADO, 1996, p. 15-24; MALDONADO, 1999, p. 217-220) nos faz pensar que todo ato de nomeação e identificação a um espaço é, ao mesmo tempo, um processo de união e separação que antecede a própria percepção do espaço. A construção de pontes sociais entre aqueles que se identificam a um determinado grupo social vem acompanhada do estabelecimento de fronteiras e limites em relação aos outros<sup>14</sup>: são ligações de algo que fora já separado pela consciência. Assim, pensando com Elias (1999, p. 11), no esforço de nomeação tanto daqueles que estiveram envolvidos diretamente no processo, como do historiador que o retoma, é necessário não perseguir a essência desse jogo de separação e reunião, mas as configurações que ele adquire: momentâneas, ambivalentes, mutáveis, portanto, históricas, que consideram a posição instável ocupada pelos sujeitos. Nessa dinâmica é que talvez seja pertinente utilizar os conceitos de espaço, território, paisagem, lugar, região, não reificados, mas deslocados da ideia do “espaço humano infinito da geometria ou da astronomia” (DARDEL apud NOGUEIRA, 2004, p. 219), conforme tem insistido a geografia, digamos, de abordagem fenomenológica.

Essa auto-proclamada geografia radical, na sua compreensão da cultura, tem levantado questões que se aproximam de minhas preocupações menos ortodoxas, tais como: “qual a compreensão que cada um tem de seu lugar? Como estes o interpretam e o organizam?” (NOGUEIRA, 2008, p. 6). No entanto, levando-se em conta a importância de se identificar a chamada geograficidade do social<sup>15</sup>, ainda há que se

---

14

Simmel escreveu que “o homem é o ser de ligação que deve sempre separar e que não pode religar antes de ter separado (...) um ser-fronteira, que não tem fronteira” (SIMMEL, 2006, p. 188). Sem fazer a distinção entre fronteira e limite, encontrada hoje na geografia, Simmel observa ainda que “toda edição de fronteiras é arbitrária (...) [e por essa razão] o espaço comporta seguidas divisões que conferem uma nuance única às relações entre os habitantes de um espaço determinado e entre eles e as pessoas do exterior” (SIMMEL, 1999, p.606).

15

Os próprios geógrafos reconhecem que “a expressão causa certo estranhamento embora seja natural

compreender como essas formas de identificação ao lugar se modificam e transformam seus produtores ao longo do tempo e, para utilizar a mesma derivação, buscar a historicidade das formas de identificação ao espaço de acordo mesmo com a dinâmica social em que são produzidas. Enfim, nos termos de Simmel (1999, p. 605) – que associava a extensão do espaço (digamos, territorializado) à intensidade das relações sociológicas, evocando o poder de dar forma ao espaço – é pelas formas produzidas na relação do homem com o espaço e com o tempo que se pode tentar compreender o processo mesmo que institui determinada cultura e “esta é a razão pela qual, em última análise, a cultura tem uma história” (SIMMEL, 1989, p. 230).

### Considerações finais

Mas como o historiador pode referir-se ao espaço em seu estado anterior a qualquer designação, ou noutros termos, sem tomar como pressuposto qualquer recorte que seja já resultado do processo dinâmico que queremos surpreender?

Em meu estudo específico, essa característica dinâmica e instável das configurações sociais instituídas e instituidoras desse espaço específico já estudada como sendo as terras de Joaquina (vacilando entre as designações Oeste de Minas e Alto São Francisco e as formas mais compartilhadas como sertões do São Francisco)<sup>16</sup> encontra na designação *oeste de Minas Gerais*, dentre as várias outras possibilidades de nomeação, uma expressão que considero adequada para enunciar a contingência envolvida em toda noção de região – “uma ‘realidade’ que, sendo em primeiro lugar, representação, depende (...) profundamente do conhecimento e do reconhecimento”, como nos lembra Bourdieu (2004, p. 108).

*Oeste de Minas* é, portanto, expressão escandalosamente arbitrária e histórica. Uma forma instável, para utilizar um termo familiar a Georg Simmel, uma tendência mais que uma coisa (JANKÉLÉVICH, 2006, p. 17). Mas o que poderia ser um embaraço nos parece uma virtude quando comparado a outras categorias espaciais de

---

dizer-se que o espaço em que vivemos está impregnado de história. É como se fosse natural falar de historicidade do espaço geográfico e não de uma geograficidade da história” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 05-12).

16

Na dissertação de mestrado, utilizei sem problematização os termos Oeste de Minas e Alto São Francisco, embora no título do trabalho tivesse omitido qualquer menção a categorias de regionalização. Por ocasião da publicação do trabalho, um parecerista da editora sugeriu que eu acrescentasse ao título uma categoria espacial que, ao mesmo tempo, desse a dimensão espacial e não fosse muito específico, já que se destinava a um público geral. A sugestão, de resto acatada, foi colocar “Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco”. (Cf. NORONHA, 2007).

Minas Gerais. Denominações regionais como Norte de Minas, Sul, Zona da Mata e mesmo Triângulo Mineiro (que está, efetivamente, a oeste das minas de ouro exploradas desde o século XVII (LOURENÇO, 2005) parecem de tal modo “sancionadas pelo costume” (WIRTH, 1982, p. 41) que mobilizam já determinada configuração espacial que “dispensa” o questionamento das tramas sociais e históricas pelas quais elas foram tecidas. O que é arbitrário e histórico é tratado por geógrafos e historiadores como natural e anacrônico. O que é uma *figuração ou configuração* (Simmel e Elias<sup>17</sup>), de abrangência relacional, é tomado como substância, um ser com existência independente dos jogadores e de suas *estratégias* de jogo ou de suas *ações recíprocas* (Foucault falava em estratégia e relação recíproca<sup>18</sup>). Procedimento reificante a um passo do a-histórico.

Já a categoria oeste de Minas Gerais suscita maiores questionamentos e dificilmente contribuiria para desencadear a tendência costumeira de naturalização observada nas demais categorias de nomeação/construção do espaço mineiro – não apenas as de regionalização, mas também aquelas de generalização, como a recorrente categoria sertão. O potencial “problematizador” da categoria oeste de Minas não se explica por uma suposta perspicácia de geógrafos e historiadores preocupados com a região, mesmo porque como alguns já escreveram, essas terras despertaram pouco o interesse dos cientistas sociais (MATA-MACHADO, 1991; BARBOSA, 1970).

A designação oeste de Minas é imprecisa, fugidia e questionável tanto para os especialistas quanto para o interlocutor comum que espera de balde ser conduzido desde já ao lugar exato de onde estou falando, porque não se trata de uma categoria espacial consolidada “pelo uso”, ainda que seja recorrente na imprensa, na publicidade local e mesmo nas conversas costumeiras em que são demandadas informações sobre a

---

17

Relembremos a já conhecida variação dos termos utilizados por Elias: nos escritos em alemão, aparece sempre o termo “figuração” (*Figuration*) e não “configuração”. Nos textos publicados em inglês (tanto os escritos em alemão e traduzidos por outros para o inglês como textos escritos em inglês por Elias), há oscilação e talvez o predomínio de “configuração”, conforme observaram Waizbord e Neiburg (2006) (In: ELIAS, 2006, p. 9). Seja como figuração ou configuração, este conceito formalizado por Elias é devedor da noção de configuração que aparece na sociologia de George Simmel, sobretudo como registro analítico (por exemplo, em SIMMEL, 1999). “Elias é devedor de Simmel, que ele não cita, [para forjar esse conceito que é] ação recíproca que corrige uma percepção de realidades sociais estreitamente individualistas” ou estáticas. (DEROCHE-GURCEL, 1999, p. 102).

18

Talvez possamos aproximar a noção de estratégia de Foucault à noção de configuração em Simmel e Elias. Foucault falava de “relação recíproca” e considerava o “discurso [como] um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”. Escreveu ainda que “uma relação recíproca não é uma relação dialética” porque, segundo ele, “não há dialética na natureza” – algo próximo da ideia simmeliana de que na natureza as coisas não estão separadas nem juntas. Cf. (FOUCAULT, 2003. p. 253-261; SIMMEL, 2006, p. 162).



localização do Oeste de Minas. Pelo contrário, para designar a área são utilizadas diferentes referências. Correspondendo às “terras de Joaquina” – ou numa outra associação, às terras a oeste das minas de ouro, colonizadas já no século XVII pelos portugueses, etc. – uma variedade de outras categorias poderia ser mobilizada, de acordo com os interesses circunstanciais de quem constrói as regionalizações, com a mesma (in)eficiência da categoria *oeste de Minas*.

Este mesmo espaço atualmente recebe também diversas outras denominações relacionadas a estratégias de especificação do espaço como Alto São Francisco, Centro-oeste de Minas, região Central Mineira, Mata da Corda, Três Marias. Dentre elas, parece-nos que a menos específica [e a de menor potencial particularizante] de todas seja mesmo o Oeste de Minas, que sintetiza a instabilidade das formas de percepção desse espaço, a ponto de suscitar tentativas de padronização das formas de designação do lugar (QUINTÃO, 2009. p. 7-8). No entanto, parece-nos que a relação do homem com o espaço constitui-se por meio dessas imprecisões e para além das convenções e imposições: num complexo processo social que envolve outras formas mais e/ou menos estáveis<sup>19</sup>, relações mais e/ou explícitas em diferentes níveis.

Quando utilizada, a categoria oeste de Minas mobiliza nos interlocutores questionamentos e incertezas que não fariam mal se direcionados a toda forma de regionalização: que lugares você está designando como oeste de Minas? Sob a perspectiva de quem esses lugares são denominados desta forma? Quais critérios foram utilizados? Que transformações essas formas de designação provocam naqueles que as conhecem? Quase sempre, na própria enunciação do espaço parece explícito que não estamos diante de uma região natural, mas de uma invenção – nem sempre consensual – que não é algo puramente objetivo ou de todo subjetivo, mas que é passível de análise em seus processos de objetivação e de subjetivação. É justamente aqui que nos parece estar sua fragilidade e sua força.

Um conceito frágil/sutil em sua capacidade de coisificação da dinâmica social e, portanto, escalado com a dupla função de denominar a dinâmica dos jogos de

---

19

Faço referência aqui à interpretação que J. Freund (1984) faz da noção de forma de Simmel, distinguindo quatro tipos: a) Formas dotadas de permanência: As instituições (família, Estado, Igreja, empresas, partidos políticos); b) Formas que são esquemas pré-estabelecidos segundo as quais as organizações se constituem: formas “(de)formantes” (hierarquia, concorrência, conflito, aventura, associação, divisão do trabalho, troca, exclusão, herança, imitação); c) Formas que constituem o quadro geral dentro das quais as organizações têm lugar: são as conformações (política, economia, direito, educação, religião); d) Formas efêmeras que constituem os ritos do cotidiano (modos/costumes, hábitos alimentares, gestos, comportamento). (Cf. BRUNO e GUINCHARD, 2009. p. 74-75).

identificação envolvidos em todo processo de regionalização e, além disso, representar por vezes o próprio objeto da disputa (como instrumento tático, arma discursiva no campo político) (FOUCAULT, 1999, p. 225), como parte da tomada de consciência do espaço em nossa realidade corpórea, psíquica e espiritual, instável e ambivalente.

Compreendo, então, como instáveis as formas de percepção do espaço, como um jogo que passa necessariamente pela linguagem. Também compreendo que surpreender a dinâmica social – ou a configuração social – que torna possível a construção dessas categorias de nomeação como procedimento de tomada de consciência do espaço não é tarefa fácil. Mas é uma tarefa que tem cada vez mais desafiado os historiadores. Mesmo aqueles que acreditam não que seus interesses de pesquisa não se relacionam diretamente com a forma como os homens tomam consciência do espaço e, localizando-se, constituem a si mesmos.

**Referências:**a) **Fontes:**

ESCRITURA de apartamento de sociedade de compra e venda q. faço com m<sup>a</sup>. m.ex. D. Joaquina Bernarda da S<sup>a</sup>. de Abreu Castelo Branco. 01/05/1782. APFJBP. Caixa 01, série 01.

MACIEL, Gilson Dias. Pompéu, 2005. Entrevista

OLIVEIRA, Djalma Vicente. Capão do Zezinho. Martinho Campos, 2004. Entrevista.

XAVIER, Lindolfo. Em torno da vida e dos feitos de Dona Joaquina do Pompéu. In. RIBEIRO E GUIMARÃES. **Dona Joaquina do Pompéu**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

b) **Bibliografia:**

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ALMICO, Rita; LAMAS, Fernando & SARAIVA, Luiz Fernando. A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia. In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu: ABPHE, sete a dez de setembro de 2003.

ARENDT, Hannah. **Condition de l'homme moderne**. Paris: Calmman-Levy, 2001.

ARRIVÉ, Michel. **Lingüística e psicanálise**: Freud, Sausurre, Hejelmeslev, Lacan e os outros. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2001.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **O povoamento do Alto São Francisco e a fuga da Mineração**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa (PR) Universidade Federal do Paraná. n. 10. v.1 verão de 2005.

BELLO, Angela Ales. **Introdução à fenomenologia**. Bauru: Edusc, 2006.

BORDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRUNO, Alain; GUINCHARD, Jean-Jacques. **Georg Simmel**: vie, oeuvres, concepts. Paris: Ellipses, 2009.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr./out. de 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **D. João e as histórias dos Brasis**. Rev. Bras. Hist. [online]. 2008, vol.28, n.56, pp. 551-572.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dictionnaire d'analyse du discours**. Paris: Seuil, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de et al.(org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 (15-47).

DARDEL apud NOGUEIRA, Amélia. Uma Interpretação Fenomenológica na Geografia. In: SILVA, Aldo e GALENO, Alex (org.) **A Geografia Ciência do Complexus**. Porto Alegre, Sulinas, 2004.

DEROCHE-GURCEL. Eliane. Configuration. In: **Le Robert: Dictionnaire de Sociologie**. Paris: Seuil, 1999.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios: 1 – Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa, Edições 70, 1999.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von, 1777-1885. **Pluto Brasilienses**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

FEBVRE, L. **La Terre et l' évolution humaine**. Paris: Albin Michel, 1970.

FONTCUBERTA, Joan. Arqueologias del futuro. **Varia historia**, Belo Horizonte, vol. 22, n.35, ja/jun. 2006.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**, vol. IV. Estratégia. Poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 253-261.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Sobre Geografia. In: **Microfísica do Poder**. (Org. e tradução de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GOMES, Paulo César da Cunha. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de et al.(orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1950.

JANKÉLÉVITCH, Vladimir. Georg Simmel; philosophie de la vie. In: SIMMEL, Georg. **La tragédie de la culture**. Paris : Rivages, 2006.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. 2 ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: Edufu, 2005.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECHKER, Tânia Marques et. al.(orgs). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Política e Trabalho**. Universidade Federal da Paraíba. v. 15, 1999, p.217-220.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Política e Trabalho**. Universidade Federal da Paraíba. v. 12, 1996, p.15-24.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **Histórica do sertão noroeste de Minas (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto; PARENTE, Ana Sara Ribeiro et. al. **História e Ética: Simpósios Temáticos e Resumos do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, CE, 12 a 17 de julho de 2009. Fortaleza: Editora, 2009.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Por uma outra geografia radical: compreendendo os lugares sob um olhar fenomenológico. **Anais do I Colóquio Brasileiro de História do pensamento geográfico**. Universidade Federal de Uberlândia. Abril de 2008.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

NORONHA, Gilberto C. **Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. **Intergeo**. v. 4, p. 05-12, 2006.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Trad. J. Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1977.

QUINTÃO, Vicente Ines. As diferentes denominações geográficas de cidades da Região Oeste de Minas Gerais, conforme a mídia – IBGE não reconhece “centro-oeste”.

Disponível em  
[http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/b/bb/GT9- IC- 01\\_As\\_diferentes\\_denominacoes-Vicente\\_e\\_Filomena\\_.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/b/bb/GT9- IC- 01_As_diferentes_denominacoes-Vicente_e_Filomena_.pdf) Acesso em 30 de dezembro de 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHORSKE, Carl. **Pensando com a história**: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

SIMMEL, Georg. **La tragédie de la culture**. Paris: Payot, 2006.

SIMMEL, Geog. **El individuo y la libertad**: ensayos de crítica de la cultura. Barcelona: Ediciones Península, 2001.

SIMMEL, Georg. Rembrant. Ein Junstphilosophischer Versuch (1916). Apud WAIZBORT, L. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000.

SIMMEL, Georg. **Sociologie**: études sur le formes de socialisation. Paris: PUF, 1999.

SIMMEL, Georg. **Simmel e a Modernidade** / Georg Simmel. Jessé Souza e Berthold Oelze (org). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SIMMEL, Georg. **Philosophie de la modernité II**. Paris: Payot, 1989.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1980.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1971.

WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.